

À D. COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A – BANDES

Também, não há suporte fático na manifestação sobre possível caducidade ampla da legislação trabalhista em cinco anos, a justificar a limitação temporal imposta à pontuação da experiência do licitante. Igualmente, as alterações da legislação não implicam necessariamente desatualização do advogado ou do escritório de advocacia, especialmente considerando que é de interesse do bom profissional manter-se atualizado em relação às inovações que atingem sua área de atuação.

28. A propósito, como bem pontuado na instrução inicial, em caso semelhante apreciado por meio do Acórdão 6.164/2011-TCU-1ª Câmara, o Relator, Ministro-Substituto Augusto Sherman, concluiu tratar-se de restrição desarrazoada, 'porquanto a experiência na área do Direito não se torna obsoleta em cinco anos', e prejudicial à isonomia do certame (peça 5, item 46).

(TCU – 005.789/2019-2, Acórdão 4478/2019, 2ª. Câmara, Rel. André Carvalho, Julgado em 02.07.2019 – Caso CEASA MG – Lei 13.303)

Edital de Credenciamento: 2019/002

Processo Administrativo: 102/2019

Procedimento: Inexigibilidade de Licitação - Credenciamento

DALLA BERNARDINA & ADVOGADOS ASSOCIADOS,

pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.194.359/0001-51, com endereço na Av. Nossa Senhora da Penha, 1255, 3º. andar, Vitória/ES, Vitória/ES, CEP 29.056-243, por meio do seu sócio *in fine* assinado, vem, com todo respeito e acatamento devidos, nos termos do artigo 41, §1º, da Lei 8.666/93 e com 5.2, do Instrumento Convocatório em tela, apresentar

IMPUGNAÇÃO,

ao **EDITAL DE CREDENCIAMENTO: 2019/002**, tornado público por essa honrada Instituição, pelos fatos e fundamentos que passa a expor.

2.1. DA IMPUGNAÇÃO EXPRESSA AOS ITENS 3.2, 3.3 e 3.2.1 DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO 2019/002 – EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EM DESCONFORMIDADE COM O ARTIGO 72, II, DO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO BANDES – VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE.

Os itens 3.2, 3.3 e 3.3.1, do Edital de Credenciamento consignam as seguintes condicionantes para fins de **qualificação técnica**:

3.2. Prova de, no mínimo, 02 (dois) anos de experiência profissional de pelo menos um dos sócios da Sociedade de Advogados na prestação de serviço de natureza contenciosa em matéria bancária, atuando em favor de instituições financeiras, para credenciamento na MODALIDADE 2, SUBMODALIDADE A, exceto a de natureza bancária trabalhista, considerada a distribuição de no mínimo 5 (cinco) ações a cada período de um ano, comprovadas através de certidão judicial de cartório dos juízos competentes ou mediante encaminhamento de cópia da petição inicial ou peça de defesa protocolada em juízo e respectiva procuração, referente a cada processo;

3.3. Prova de, no mínimo, 03 (três) anos de experiência profissional de pelo menos um dos sócios da Sociedade de Advogados na prestação de serviço de natureza contenciosa em matéria bancária, atuando em favor de instituições financeiras, para credenciamento na MODALIDADE 2, SUBMODALIDADE B, exceto a de natureza bancária trabalhista, considerada a distribuição de no mínimo 5 (cinco) ações a cada período de um ano, nos últimos 5 anos, comprovadas através de certidão judicial de cartório dos juízos competentes ou mediante encaminhamento de cópia da petição inicial ou peça de defesa protocolada em juízo e respectiva procuração, referente a cada processo;

3.3.1. A experiência profissional nos últimos 05 anos se justifica em razão da necessidade de conhecimento atualizado, com prática conforme as regras do Novo

Este documento foi assinado digitalmente por Eduardo Wendt de Aguiar, I 55. 27. 3314 3965
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.dalla-bernardina.com.br> e utilize o código de verificação 443 e utilize o código de verificação 443 e utilize o código de verificação 443



Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16/03/2015). (sem destaques no original)

Resta indene de dúvidas que o instrumento convocatório, especialmente no que tange à comprovação da qualificação técnica, não se revela legal ou mesmo proporcional, estando em desconformidade com **artigo 72, do REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO BANDES**, e artigo 58, II, da Lei 13.303/2016, que assim preconizam:

Art. 72. Quanto à qualificação técnica poderá ser exigido dos licitantes a apresentação dos seguintes documentos:

I. **Registro ou à inscrição na entidade profissional competente;**

II. Comprovante de **aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação,** e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III. Prova de requisitos de sustentabilidade ambiental, quando couber;

IV. Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Art. 58. A habilitação será apreciada **exclusivamente** a partir dos seguintes parâmetros:

(...)

II - **qualificação técnica, restrita a parcelas do objeto técnica** ou economicamente relevantes, de acordo com parâmetros estabelecidos de forma expressa no instrumento convocatório;

Dos textos legais, sobressai clarivamente que a **qualificação técnica** abarcada no Edital, em sua verdadeira essência, está correlacionada à demonstração **objetiva** - por parte da licitante - de sua aptidão (técnica) para o

Este documento foi assinado digitalmente por Eduardo Dalla Bernardina. Para verificar as assinaturas vá ao site portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 9913-BDE-A336-F5AA.



suprimidos à luz de outros fatores que realmente são imprescindíveis ao exercício da Advocacia, a exemplo das atividades intelectuais produzidas, a qualidade técnica da proposta, a qualificação da equipe, a metodologia, a organização, as tecnologias e demais recursos disponibilizados pela Licitante.

Ademais, acerca desse tema, o Tribunal de Contas da União deixou claro que a adoção desse tipo de critério, baseado no “**tempo mínimo de experiência**” implica em **limitação INDEVIDA à participação no procedimento licitatório**. Veja alguns comandos e orientações oriundas da mencionada Corte:

9.3.15. **abstenha-se de fixar tempo mínimo de experiência a ser comprovado pelos profissionais, sob pena de descumprimento do art. 30, § 1º, inciso I, e § 5º, da Lei 8.666/93;** (Acórdão Plenário nº 667/2005)

9.1.2. adoção, nos editais do Pregão Eletrônico 126/2016 e da Concorrência 39/2011, de critérios de habilitação restritivos à competitividade do certame, especificamente a exigência de atestado de qualificação técnica comprovando a experiência em tipologia específica de obra, no caso, obra de rodovia, delimitando ainda a aceitação dos atestados somente relacionados com contratos de gestão ambiental, o que viola disposição do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e do art. 3º, §1º, inciso I, da Lei 8.666/1993;

9.1.3. **exigência de comprovação, para fim de qualificação técnica-profissional, de tempo de experiência ou de exercício em função dos profissionais a serem disponibilizados pela licitante para a execução do objeto, observado no Termo de Referência do Pregão Eletrônico 126/2016, com infração ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e nos arts. 3º, §1º, inciso I, e 30, §§ 1º, 3º e 5º, da Lei 8.666/1993;** (Acórdão Plenário nº 134/2017)

E aliado ao tema “exigência de tempo de experiência dos profissionais que prestarão os serviços”, o TCU elaborou o Informativo de Licitações e Contratos nº 99/2012, condenando tal prática. Observe:



Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública **que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Portanto, não se mostra razoável a exigência desse requisito, por representar medida restritiva à participação no certame, vez que, diante dos fundamentos acima, esse quesito **NÃO** se mostra imprescindível à execução do objeto licitado, nem obstativo ao pleno exercício das atividades do Advogado, em qualquer instância ou grau de jurisdição, seja ainda qual for a pujança econômica do Contratante.

Este documento foi assinado digitalmente por Eduardo Dalla Bernardina. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.dalla-bernardina.com.br/443> e utilize o código 3952-B-191-01-A250-AFAA.



Referido princípio, de índole rudimentar, afasta a possibilidade do julgador se utilizar de fatores subjetivos ou de critérios “abertos” e **NÃO** previstos no ato convocatório, mesmo que em benefício da própria Administração. Sua inobservância reflete vício insanável, apto a ensejar, inclusive, a nulidade de todos os atos praticados no curso da licitação

Em **segundo plano**, e com toda deferência, fica fácil constatar que não há correlação alguma entre a comprovação de experiência nos últimos 05 (cinco) anos, **com a necessidade de “conhecimento atualizado”, a rigor das regras do novo Código de Processo Civil**, eis que a mencionada norma procedimental SEQUER completou um quinquídio.

Outrossim, é de bom alvitre realçar que o “conhecimento atualizado” das regras processuais vigentes é um atributo do Advogado, o qual prescinde de comprovação, já que a inscrição nos quadros da OAB, a teor do artigo 3º, da Lei nº 8.906/1994, o **HABILITA** para o exercício “*da atividade de advocacia no território brasileiro*”, seja na prestação de consultoria, de assessoria e direção jurídicas, bem como postular perante órgãos do Poder Judiciário e juizados especiais (art. 1º, incisos I e II, do referenciado Diploma).

Em **terceiro plano**, enquanto os itens 3.2, 3.3 do Edital consignam o tempo mínimo de 02 (dois) e 03 (três) anos para fins de “experiência profissional”, a subcláusula 3.3.1 impõe a comprovação profissional nos últimos 05 anos”.

Tais proposições ostentam notória antinomia, causando dúvidas no que concerne a interpretação do Edital, ultrajando, via transversa, o princípio da segurança jurídica, do julgamento objetivo, da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

¹ § 5o É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

"a definição de regras licitatórias pelos organismos estrangeiros não invalida a preeminência na licitação de normas nacionais, quando não conflitantes com aquelas ou quando, ainda que conflitantes, sejam requeridas por dispositivos ou princípios da Constituição". **Assim, concluiu o relator que, "sendo aplicáveis os preceitos constitucionais e, de forma subsidiária, as regras insculpidas na Lei de Licitações, eventual cláusula restritiva do caráter competitivo de determinada licitação custeada com recursos de instituições financeiras multilaterais afrontaria disposição do texto da Carta Maior"**. No caso concreto, ressaltou que a cláusula editalícia questionada caracterizara "evidente restrição à competitividade", na medida em que demanda "experiência mínima anterior de longo interregno" no fornecimento dos serviços. **Diante da ausência de justificativa técnico-econômica para a inclusão da cláusula, inquinada do "vício insanável da restrição à competitividade", o Tribunal, ao acolher o voto do relator, fixou prazo para que a agência adotasse medidas destinadas à anulação do certame**. Acórdão 645/2014-Plenário, TC 031.112/2013-7, relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, 19.3.2014. Acórdão 645/2014-Plenário

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO EDITAL. CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO. OITIVA DOS RESPONSÁVEIS. ESCLARECIMENTOS. PROCEDÊNCIA PARCIAL. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. EXPEDIÇÃO DE ALERTA. 1. No âmbito do TCU, é pacífico o entendimento de que, para fim de qualificação técnico-profissional, o vínculo entre o responsável técnico e a empresa licitante poderá ser atestado mediante a apresentação de contrato de prestação de serviços e não apenas por meio de relação empregatícia, via Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). 2. **A exigência de comprovação, para fim de qualificação técnica, de tempo de experiência dos profissionais a serem disponibilizados pela licitante para a execução do objeto afronta o disposto no art. 30, § 5º, da Lei nº 8.666/93.** (Acórdão 600/2011 – Plenário)

Consigne, no processo licitatório, de forma clara e expressa, quanto à exigência de comprovação de capacidade técnica de

Este documento foi assinado digitalmente por Eduardo Wendtady.com.br. Para verificar as assinaturas vá ao site www.dalla-bernardina.com.br



que trata o Art. 30 da Lei nº 8.666/93, seja sob o aspecto técnico-profissional ou técnico-operacional, **os motivos dessa exigência, bem assim demonstre tecnicamente que os parâmetros fixados são necessários, suficientes e pertinentes ao objeto licitado, assegurando-se de que a exigência não implica restrição ao caráter competitivo (em consonância com o entendimento firmado pelo** TCU na Decisão 1618/2002 Plenário e no Acórdão 135/2005 Plenário). (Acórdão 597/2008 - Plenário)

Não inclua, **por ocasião da avaliação da qualificação técnico-operacional das empresas licitantes, item sem relevância, sem valor significativo, ou ainda, que possam ser subcontratados** entre aqueles que serão utilizados para a comprovação de execução anterior de quantitativos mínimos, de acordo com o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, inciso I do § 1º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993, e com analogia ao § 1º, inciso I, do art. 30 da referida lei, salvo se essa comprovação for indispensável, nos termos do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, **devendo estar tecnicamente justificada sua inclusão no processo administrativo anterior ao lançamento do respectivo edital, ou no próprio edital e seus anexos.** (Acórdão 2394/2007 Plenário)

Vale lembrar, nesse viés, que o precatado Sodalício de Contas da União, no Acórdão nº 3.070/2013 - Plenário, determinou que a unidade jurisdicionada, quando exigir "*quantitativos mínimos para fins de comprovação de capacidade técnica*", **apresente a devida motivação dessa decisão administrativa**, o que, respeitosamente, não se verifica na hipótese concreta. Anote-se:

(...) em futuras licitações, ao exigir quantitativos mínimos para fim de comprovação da capacidade técnico-profissional das licitantes (art. 30, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/93), **apresente a devida motivação dessa decisão administrativa, evidenciando que a exigência é indispensável à garantia do cumprimento da obrigação a ser assumida pela vencedora do certame.** (Grifamos.)

Este documento foi assinado digitalmente por Eduardo Dalla Bernardina. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portalseguranca.com.br/portal/verificacao> ou utilize o código de verificação 443004FA.



MOTIVOS DETERMINANTES. ATO INVÁLIDO. CONCESSÃO PARCIAL DA ORDEM. 1. **A motivação do ato administrativo deve ser explícita, clara e congruente, vinculando o agir do administrador público e conferindo o atributo de validade ao ato . Viciada a motivação, inválido resultará o ato, por força da teoria dos motivos determinantes.** (RMS 56.858/GO, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 11/09/2018) (sem destaques no original)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA OBJETIVANDO DESCONSTITUIR DECISÃO QUE ANULARA, DE OFÍCIO, CERTAME LICITATÓRIO. TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES. SEGURANÇA CONCEDIDA. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. I. Agravo interno interposto em 04/04/2016, contra decisão publicada em 22/03/2016. II. **Na esteira da jurisprudência desta Corte, "consoante a teoria dos motivos determinantes, o administrador vincula-se aos motivos elencados para a prática do ato administrativo. Nesse contexto, há vício de legalidade não apenas quando inexistentes ou inverídicos os motivos suscitados pela administração, mas também quando verificada a falta de congruência entre as razões explicitadas no ato e o resultado nele contido"** (STJ, MS 15.290/DF, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 14/11/2011). (AgInt no AREsp 153.740/MS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 02/06/2016)

Extraí-se da Corte Superior que *"há vício de legalidade não apenas quando inexistentes ou inverídicos os motivos suscitados pela administração, mas também quando verificada a falta de congruência entre as razões explicitadas no ato e o resultado nele contido"*, justamente como demonstrado nesses autos. Portanto, de acordo com os esclarecimentos aqui prestados, não há justificação plausível para se exigir "tempo mínimo de experiência" para atividades inerentes ao exercício da Advocacia, nem tampouco *"em razão da necessidade de conhecimento atualizado, com prática conforme as regras do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105 de 16/03/2015)"*.



Este documento foi assinado digitalmente por Eduardo Dalla Bernardina. Para verificar as assinaturas vá ao site www.dalla-bernardina.com.br e clique em "Verificar Assinaturas".

Diante disso, e quanto a esse ponto, mister a retificação do instrumento convocatório, **a fim de que as exigências contidas nos itens 3.2, 3.3 e 3.2.1 DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO 2019/002 SEJAM SUPRIMIDAS**, sobretudo porque desprestigiam os princípios da legalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade, da isonomia e do julgamento objetivo das propostas.

4. DOS PEDIDOS.

Diante do exposto, requer seja conhecida e acolhida a presente **IMPUGNAÇÃO**, a fim de que o instrumento convocatório seja **retificado** de modo a suprimir a exigência de qualificação técnica aduzidas nas subcláusulas 3.2, 3.3 e 3.2.1 do Edital, eis que, pelos motivos acentuados, não há correlação técnica destas exigências com a complexidade do escopo licitado.

Subsidiariamente, requer seja suprimida a limitação de tempo, viabilizando-se a apresentação da totalidade de peças solicitadas, sem restrição temporal, como forma de comprovar a experiência anterior na assessoria jurídica bancária.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Vitória (ES), 10 de outubro de 2019.

Eduardo Dalla Bernardina

Advogado – OAB/ES 15.420

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/39EB-B10E-A350-AFAA> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 39EB-B10E-A350-AFAA



Hash do Documento

B3C5517681A5B12FBCEA2574F4567C0B949900D016558AC3C4BB39B201FCA998

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 11/10/2019 é(são) :

☒ Eduardo Dalla Bernardina - 105.699.567-06 em 11/10/2019 17:22

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital





ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

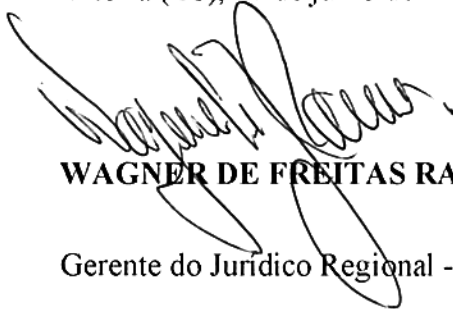
Atestamos para os devidos fins que a sociedade **DALLA BERNARDINA & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.194.359/0001-51, sediada (matriz) na Av. Nossa Senhora da Penha, 1255, salas 302/303, Santa Lucia, Vitória/ES, presta para esta empresa **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, criada pelo Decreto-Lei 759, de 12 de agosto de 1969, alterado pelo Decreto-lei 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.360.305/0001-04, com sede em Brasília – DF, os serviços abaixo especificados, a partir de 29 de março de 2019, até a presente data:

SERVIÇOS EXECUTADOS:

- Assessoria jurídica nos feitos de natureza trabalhista (contencioso);
- Assessoria jurídica nos feitos de natureza cível (contencioso), incluindo-se o acompanhamento de ações de execução de título extrajudicial.

Atestamos ainda, que tais serviços estão sendo executados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Vitória (ES), 30 de julho de 2019.



WAGNER DE FREITAS RAMOS

Gerente do Jurídico Regional - JURIRVT

**2ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE DOS
ADVOGADOS “DALLA BERNARDINA & ADVOGADOS ASSOCIADOS”**



a) **EDUARDO DALLA BERNARDINA**, brasileiro, casado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Espírito Santo, sob o n°. 15.420 e no CPF sob o n° 105.699.567.06, residente e domiciliado na Av. Dante Michelini, n° 2401, na cidade Vitória, Estado Espírito Santo – eduardo@dbadv.com.br; e

b) **SIMONE HENRIQUES PARREIRA**, brasileira, separada judicialmente, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Espírito Santo, sob o n. 9.375 3 no CPF sob o n. 781.818.957-20, residente e domiciliada na Rua Doutor Difo Fontes, n. 310, Apt. 202, Jardim da Penha, Vitória/ES.

sócios da sociedade de advogados “**DALLA BERNARDINA & ADVOGADOS ASSOCIADOS**”, inscrita no CNPJ 14.194.359/0001-51 e na OAB/ES sob o n. 11.167272-0833, com sede na cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo, na Av. Nossa Senhora da Penha, n. 1.255, salas 302/303 – Reta da Penha (Santa Lucia), CEP 29.056.243, resolvem, por esta e na melhor forma de direito, estabelecer as seguintes alterações em seu contrato social:

I – Tendo em vista a retirada do sócio **ITIEL JOSÉ RIBEIRO**, brasileiro, divorciado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Espírito Santo, sob o n°. 14.072. e no CPF sob o no 094.988.877-05, residente e domiciliado na Rua Maria Cândida da Silva, n 150, Bairro República, na cidade de Vitória, Estado Espírito Santo, conforme certidão nº 513/2018 – GESIN, a sociedade passa a ser integrada unicamente pelos sócios **EDUARDO DALLA BERNARDINA** e **SIMONE HENRIQUES PARREIRA**;

II – Em face da alteração efetuada, a participação societária ficou assim definida:

Eduardo Dalla Bernardina	49.997	R\$ 49.999,00
Simone Henriques Parreira	01	R\$ 1,00

III – Em razão do deliberado nos itens anteriores, o Contrato Social é alterado, passando-se a reger-se na forma das disposições seguintes em substituição de todas as demais disposições anteriores com a seguinte redação consolidada:

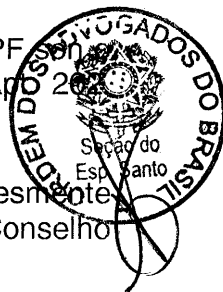
CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS

DALLA BERNARDINA & ADVOGADOS ASSOCIADOS
(CNPJ 14.194.359/0001-51 – OAB/ES n. 11.167.272-0833)

a) **EDUARDO DALLA BERNARDINA**, brasileiro, casado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Espírito Santo, sob o n°. 15.420 e no CPF sob o n° 105.699.567.06, residente e domiciliado na Av. Dante Michelini, n° 2401, na cidade Vitória, Estado Espírito Santo e

b) **SIMONE HENRIQUES PARREIRA**, brasileira, separada judicialmente, inscrita na Ordem

dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Espírito Santo, sob o n. 9.375 3 no CPF nº 781.818.957-20, residente e domiciliada na Rua Doutor Dido Fontes, n. 310, Apartamento 202, Jardim da Penha, Vitória/ES,



resolvem constituir sociedade de advogados, doravante designada simplesmente “Sociedade”, que se regerá pela Lei n. 8.906/94, pelo Provimento n. 112/2006, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e pelos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

RAZÃO SOCIAL

A Sociedade utilizará a razão social “**DALLA BERNARDINA & ADVOGADOS ASSOCIADOS**”.

Parágrafo Único – Em caso de falecimento de um dos sócios cujo nome constar da razão social, os demais sócios deverão celebrar alteração contratual, para modificá-la e excluir o nome do sócio falecido.

CLÁUSULA SEGUNDA

SEDE

A Sociedade tem sede na cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo, na Av. Nossa Senhora da Penha, nº 1255, salas 302/303 – Reta da Penha, CEP 29.056.243.

CLÁUSULA TERCEIRA

OBJETO

A Sociedade tem como objeto o exercício da advocacia, sendo vedada a consecução de qualquer outra atividade.

CLÁUSULA QUARTA

PRAZO

O prazo de duração é indeterminado, tendo iniciado em 15 de junho de 2011.

CLÁUSULA QUINTA

CAPITAL SOCIAL

O capital social, inteiramente subscrito e integralizado, é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cada, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Quotas	Valor (R\$)
Eduardo Dalla Bernardina	49.999	R\$ 49.999,00



CLÁUSULA SEXTA

RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade dos sócios é limitada ao capital social.

Parágrafo 1º - No exercício da advocacia com o uso da razão social, os sócios respondem subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação ou omissão, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar do sujeito causador do dano, se os bens da sociedade não cobrirem as dívidas, responderão os sócios pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais.

Parágrafo 2º - Os responsáveis por atos ou omissões que causem prejuízos à Sociedade e/ou a terceiros, deverão cobrir as perdas sofridas pelos demais sócios, de forma integral.

Parágrafo 3º - Nas procurações outorgadas pelos clientes à Sociedade, os sócios serão nomeados individualmente. Os respectivos instrumentos de mandato deverão conter o número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil de cada advogado.

Parágrafo 4º - Os sócios terão o dever de lealdade entre si, em todas as operações relativas à Sociedade, e cada um deles prestará contas aos demais sócios.

CLÁUSULA SÉTIMA

ADMINISTRAÇÃO

Parágrafo 1º - A administração dos negócios sociais cabe ao sócio Eduardo Dalla Bernardina, que usará o título de "Sócio-Administrador".

Parágrafo 2º - É absolutamente vedado, sendo nulo e ineficaz em relação à Sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais, inclusive prestação de avais, fianças e outros atos gratuitos, mesmo que em benefício dos próprios sócios.

Parágrafo 3º - Serão atribuídos "pro labore" mensais aos Sócios Administradores, fixados de comum acordo pelos Sócios.

Parágrafo 4º - Os sócios terão o dever de lealdade entre si, em todas as operações relativas à Sociedade, e cada um deles prestará contas aos demais sócios.

CLÁUSULA OITAVA

REUNIÃO DE SÓCIOS

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, obedecidas às regras dispostas nesta cláusula.

Parágrafo 1º - A reunião será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação.



Parágrafo 2º – As reuniões serão realizadas sempre que necessário e deverão ser convocadas por Sócio Administrador ou por sócios representando, no mínimo, 1/5 (um quinto) do capital social.

Parágrafo 3º – A convocação para a reunião dos sócios será feita por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo 4º – As formalidades de convocação serão dispensadas quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estar cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo 5º – A reunião será instalada mediante a presença dos sócios representando a maioria do capital social, em primeira convocação, ou por qualquer quorum, nas demais convocações.

Parágrafo 6º – As deliberações serão tomadas por maioria do capital social, salvo nas hipóteses em que as normas aplicáveis prevejam quorum mais elevado.

Parágrafo 7º – As deliberações tomadas em conformidade com este Contrato Social e com a legislação aplicável vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CLÁUSULA NONA

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Cláusula 14 - Os sócios não poderão ceder e/ou transferir, total ou parcialmente, suas quotas no capital social, ou seu direito de preferência na subscrição de novas quotas, a terceiros estranhos à Sociedade, sem a aprovação dos sócios representando a maioria do capital social.

Parágrafo único - a cessão total ou parcial de quotas deverá operar-se por intermédio de alteração aprovada pela maioria do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA

RESULTADOS PATRIMONIAIS

O exercício social corresponde ao ano civil. Ao final de cada exercício, levantar-se-á balanço patrimonial da Sociedade e se apurará os resultados.

Parágrafo 1º – Os eventuais lucros serão distribuídos entre os sócios proporcionalmente às contribuições de cada um para o resultado, conforme for deliberado pela maioria dos sócios.

Parágrafo 2º – Os prejuízos porventura havidos serão transferidos aos exercícios seguintes, observadas as disposições legais, e suportados pelos sócios proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social.

Parágrafo 3º – A Sociedade poderá levantar balanços relativos a períodos inferiores ao exercício social, incluindo balanços mensais, e distribuir resultados aos sócios com base neles.

Parágrafo 4º – Os sócios poderão advogar individualmente, sem que os honorários auferidos

revertam em benefício da Sociedade, na hipótese de ações e clientes particulares e es

à Sociedade, desde que haja expresse conhecimento dos demais sócios.



CLÁUSULA ONZE

RETIRADA DE SÓCIO

O sócio que desejar se retirar da Sociedade deverá manifestar sua intenção, por meio de carta protocolada ou notificação extrajudicial ou judicial.

Parágrafo 1º – A apuração dos haveres do sócio retirante deverá ser realizada com fundamento em balanço especial, com data-base na data de recebimento pela Sociedade da comunicação de retirada, e deverá considerar o valor atual dos ativos da Sociedade.

Parágrafo 2º – Os haveres do sócio retirante deverão ser pagos pela Sociedade em 24 (vinte e quatro) prestações mensais, com a primeira parcela vencendo em 20 dias da data da comunicação da retirada.

CLÁUSULA DOZE

CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE

A Sociedade não será dissolvida pela retirada ou morte de qualquer um dos sócios. Parágrafo único – Em caso de morte de um dos sócios, caberá ao(s) sócio(s) remanescente(s) decidir(em) sobre a continuação da Sociedade com o herdeiro ou herdeiros do sócio falecido, desde que cumpram com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Aplica-se aos herdeiros do sócio falecido que não ingressarem na Sociedade as regras de apuração e pagamento de haveres de sócio retirante, previstas na cláusula anterior.

CLÁUSULA TREZE

EXCLUSÃO DE SÓCIOS

É facultada a exclusão de sócios, por maioria do capital social, nos termos do art. 4º, caput e parágrafo único, do Provimento no 112/2006, do Conselho Federal da OAB.

Parágrafo único – A apuração e pagamento dos haveres do sócio excluído deverá seguir o mesmo procedimento aplicável ao sócio retirante.

CLÁUSULA QUATORZE DA SEDE DA SOCIEDADE

Declaram os sócios ter ciência de que o imóvel onde funciona a sede da sociedade, este descrito na cláusula segunda do presente instrumento, bem como todo o mobiliário que o guarnece é de propriedade exclusiva do sócio Eduardo Dalla Bernardina.

CLÁUSULA QUINZE

FORO

Para todas as questões oriundas deste contrato, fica eleito, com exclusão de qualquer outro, o foro da cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.



CLÁUSULA DESESESSEIS

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO


Os sócios Eduardo Dalla Bernardina e Simone Henriques Parreira declaram, sob as penas da lei, que não estão sujeitos a qualquer hipótese de incompatibilidade ou impedimento para o exercerem a advocacia ou participarem desta sociedade. Declaram, ainda, que não participam de nenhuma outra sociedade de advogados inscrita nesta seccional e que não estão incurso em nenhuma penalidade que os impeçam de participar desta Sociedade.


Vitória, 20 de dezembro de 2018.


EDUARDO DALLA BERNARDINA

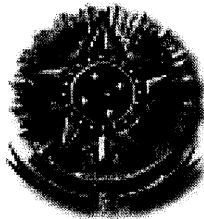

SIMONE HENRIQUES PARREIRA

Testemunhas:


Nome: Rubia dos Anjos Rodrigues
Identidade: 1478.854 SSP/ES


Nome:
Identidade: 1232510


Diocelio Tanon



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção do Espírito Santo
Gerente de Serviços Institucionais

CERTIDÃO Nº 139/2019 - GESIN

O GERENTE DE SERVIÇOS INSTITUCIONAIS –
LUCIANO BASSINI TOSTA – DA ORDEM DOS
ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO
ESPÍRITO SANTO, a teor da instrução de
Serviço nº 001/2002, da Secretaria Geral.

CERTIFICA,

para os fins que se fizerem necessários, que a COMISSÃO DA SOCIEDADE DE
ADVOGADOS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DO ESPÍRITO
SANTO, em reunião ordinária realizada no dia 11 (onze) de fevereiro do ano de 2019
(dois mil e dezenove), **DEFERIU**, à unanimidade de seus membros presentes, o registro
da 2ª Alteração e Consolidação Contratual da Sociedade de Advogados denominada
“**DALLA BERNARDINA & ADVOGADOS ASSOCIADOS**”, registrada sob o nº
11.167272-0833, antes integrada pelos(as) advogados(as) **EDUARDO DALLA**
BERNARDINA, **ITIEL JOSÉ RIBEIRO** e **SIMONE HENRIQUES PARREIRA**, passando a
ser integrada pelos(as) advogados(as) **EDUARDO DALLA BERNARDINA** e **SIMONE**
HENRIQUES PARREIRA, alterando-se a distribuição do Capital Social. E por mais nada
haver, encerro a presente. Eu, _____ Luciano Bassini Tosta, Gerente de
Serviços Institucionais, preparei a presente certidão, que subscrevo e assino. *****

Vitória/ES, 11 de fevereiro de 2019.

LUCIANO BASSINI TOSTA
Gerente de Serviços Institucionais
OAB/ES

Gerente de Serviços Institucionais

Rua Alberto de Oliveira Santos, 59 – Ed. Ricamar – 3º andar – Centro – Vitória – ES – CEP: 29010-908
Telefones: (27) 3232-5600-5617 - E-mail: oabes@oabes.org.br